

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA COMO FERRAMENTA PARA UMA EDUCAÇÃO MAIS  
HUMANIZADA E HUMANIZADORA**

Trabalho apresentado à banca examinadora da  
Universidade Federal de Juiz de Fora como  
requisito para a obtenção do título de  
licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Sandrelena da Silva Monteiro

JUIZ DE FORA  
2023

## **Introdução**

O presente trabalho apresenta um estudo sobre a teoria da Comunicação Não Violenta (CNV) de Rosenberg (2015) e algumas de suas contribuições na resolução de conflitos na educação da criança pequena.

Destaca-se a importância de levar a discussão e a problematização desse assunto para as escolas de educação infantil, trazendo uma nova percepção sobre a comunicação com as crianças. Parte-se do entendimento de que a resolução de conflitos com os pequenos não precisa ser de forma autoritária e/ou dolorosa, pode ser compassiva e amorosa.

A partir de uma revisão de literatura em artigos e livros, destaco os objetivos da CNV e suas contribuições para a Educação Infantil. Para a apresentação do estudo realizado esse trabalho se organiza em três partes: na primeira apresento o que é a comunicação não violenta; na segunda, abordo sobre a relação da CNV e a resolução de conflitos na Educação Infantil e, na terceira e última parte, trago algumas considerações finais.

## **O que é Comunicação Não Violenta?**

A comunicação não violenta (CNV) é uma proposta desenvolvida por Marshall B. Rosenberg (1934-2015) na década de 1960. Formado pela Universidade do Michigan, Marshall B. Rosenberg foi um psicólogo americano, nascido em Canton, Ohio, que estudou as dinâmicas de conflito e violência em diversas situações em diferentes países como Estados Unidos, Israel, Palestina, Alemanha, Colômbia, dentre outros. Com base em suas pesquisas e vivências criou um processo de comunicação que visa promover a empatia, compreensão mútua e a resolução pacífica de conflitos. Seu trabalho é fundamentado na teoria de Carl Rogers, considerado o pai da psicologia humanista.

A proposta de Rosenberg (2015) constitui-se em “uma forma de comunicação que nos faz entregar-nos de coração” (ROSENBERG, 2015, p.19) e é composta por quatro componentes: i) observar sem avaliar; ii) identificar e expressar os sentimentos; iii) expressar as necessidades; e, iv) realizar o pedido (MARTINS, 2021, p.3).

A observação, primeiro componente da CNV “acarreta necessariamente distinguir observação de avaliação. Precisamos observar claramente, sem avaliar, o que vemos, ouvimos ou tocamos que mexe com a nossa sensação de bem-estar” (ROSENBERG, 2021, p.46).

Este componente aponta que precisamos aprender a observar sem avaliar e julgar, pois, quando misturamos o ato de avaliar com o ato de julgar, ao falarmos com alguém é possível que ela entenda como uma crítica e não entenda o que realmente desejamos transmitir.

Para mais fácil compreensão, mostrarei dois exemplos:

1. Observação com avaliação: Leticia vive enrolando para fazer as coisas.

Observação sem avaliação: Leticia só estuda na véspera.

2. Observar com avaliação: Laura só come porcaria.

Observar sem avaliação: Se você não comer comida saudável, pode ser que sua saúde seja prejudicada. Deve-se buscar por uma observação objetiva, a qual se refere à prática de descrever uma situação ou comportamento específico de forma imparcial, sem julgamentos ou avaliações pessoais. Na CNV, é importante separar a observação dos nossos sentimentos, pensamentos e interpretações sobre a situação. Ao expressar nossas observações de maneira objetiva, estamos focando nos fatos e compartilhando informações claras e específicas. Isso ajuda a evitar o uso de linguagem acusatória ou crítica, que pode dificultar a comunicação eficaz.

O segundo componente do método é expressar como nos sentimos. Desde crianças fomos ensinados a não expressar nossos sentimentos, principalmente a reprimir os “maus” sentimentos. “A CNV distingue a expressão de sentimentos verdadeiros de palavras e afirmações que descrevem pensamentos, avaliações e interpretações” (ROSENBERG, 2021, p.66). A CNV enfatiza a importância de identificar e expressar claramente os sentimentos que surgem em determinadas situações, sem culpar ou julgar o outro. Essa expressão de sentimentos ajuda a criar conexão e empatia.

Ao falarmos “Acho que você não gosta da Ana”, estamos expressando o que nós achamos que a outra pessoa sente e não o que ela realmente sente. Agora, quando falamos “Estou feliz porque você veio”, estamos realmente falando do nosso sentimento.

O terceiro componente da CNV é o reconhecimento das necessidades que estão por trás dos nossos sentimentos. Ao se comunicar de forma não violenta, é essencial que expressemos nossas próprias necessidades de maneira clara e honesta, sem culpar ou criticar os outros. Da mesma forma, é importante ouvir as necessidades dos outros com empatia, buscando compreender o que é importante para eles.

O que os outros dizem e fazem pode ser o estímulo, mas nunca a causa dos sentimentos. Quando alguém se comunica de forma negativa, temos quatro opções para receber essa mensagem: (1) culpar a nós mesmos, (2) culpar os outros, (3) perceber os próprios sentimentos e necessidades, (4) perceber os sentimentos e as necessidades ocultos na mensagem negativa da outra pessoa. (ROSENBERG, 2021, p.83)

A CNV visa criar um espaço de compreensão mútua, possibilitando que as necessidades sejam expressas abertamente e ouvidas com empatia, de tal forma que as soluções possam ser encontradas de maneira colaborativa e satisfatória para todos os envolvidos.

O quarto e último componente da CNV são os pedidos. Sua solicitação envolve expressar de forma clara e direta o que desejamos, pedindo algo específico da outra pessoa, com base em nossas necessidades. As solicitações são feitas de maneira positiva e construtiva, levando em consideração as necessidades de todas as partes envolvidas. Rosenberg (2021) diz que “formular pedidos em linguagem de ação clara, positiva e concreta revela o que realmente queremos”. É importante formular solicitações que sejam realistas, específicas e viáveis, levando em conta o contexto e as circunstâncias. Por exemplo, em vez de dizer "Você deveria me ajudar mais com as tarefas de casa", poderia ser "Você poderia me ajudar a lavar a louça depois do almoço?"

Ao fazer solicitações na CNV, estamos expressando nossos desejos e necessidades de maneira respeitosa e aberta. Isso permite que as pessoas envolvidas compreendam nossas expectativas e tenham a oportunidade de responder de forma consciente e colaborativa. “Quanto mais claro a respeito do que queremos, será mais provável obtê-lo” (ROSENBERG, 2021, p.99).

## **Relações entre a comunicação não violenta e resoluções de problemas na Educação Infantil**

A educação infantil é uma etapa muito importante na vida da criança, durante este período elas adquirem habilidades cognitivas, sociais, emocionais e motoras que são fundamentais para sua formação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1999, p.12) definem a educação infantil como “primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade”.

Ainda de acordo com As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1999, p.12) a definição de criança é:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

A etapa da Educação Infantil é recheada de desafios, isso porque, quando começam a frequentar creches ou pré-escolas, as crianças pequenas descobrem um novo universo com muitas outras possibilidades e, principalmente, a interação com muitas outras crianças. Nesse contexto, os conflitos acontecem como parte natural da relação entre aqueles que estão começando a aprender sobre interação social. De alguma forma, os conflitos fazem parte.

O conflito possui, basicamente, duas perspectivas mais disseminadas. Num ponto de vista – difundido pelo senso comum –, o conflito é compreendido como algo próximo ao perigoso, algo que se confunde com afrontamento, rebeldia, crise, atos de egoísmo, brigas ou, ainda, como agressividade (CORSI, 2011, p. 280).

Corsi (2011) cita Wallon dizendo que em outra perspectiva, o conflito é concebido, resumidamente, como movimento constitutivo dos sujeitos e de suas identidades, por meio da preservação e afirmação do eu, sendo, portanto, realidade necessária para a formação da vida psíquica e social das crianças. A partir disso, é necessário que as crianças aprendam a conviver umas com as outras, se comunicando para resolver seus conflitos.

É importante deixarmos os pequenos terem a oportunidade de tentarem resolver os conflitos sem que o adulto interfira, para que tenham a possibilidade de se desenvolver e aprender a lidar com os desafios. O adulto deve estar perto observando se a criança precisa de ajuda para se comunicar, mas deve sempre incentivá-la a resolver sozinha. Deve-se entender que “as interações que acontecem entre criança-adulto e entre criança-criança imprimem um papel preponderante na construção da autonomia infantil” (DIAS, MEDEIROS, 2020, p. 117)

As autoras trazem em seu texto a proposta pedagógica das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEIs) que devem respeitar os princípios “Éticos, da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades” (DCNEI, 2009, p.16)

Assim, destaco que é papel do adulto educador promover experiências e aprimoramento das habilidades das crianças para solucionar problemas, ensinando sempre que devemos respeitar as vontades e necessidades dos outros.

Gaidargi (2019) aborda sobre a importância de incentivar ações de diálogos e atitudes não violentas no ambiente educacional e que esta conduta pode contribuir positivamente para o desenvolvimento social e emocional das crianças. A autora argumenta que esta abordagem pedagógica traz diversos benefícios para o desenvolvimento infantil, dentre eles a construção de relacionamentos saudáveis entre as pessoas através da comunicação.

Falar e ouvir, esta é a base do diálogo, da educação dialógica, e da ausência de violência no processo educativo. Mas não apenas falar e ouvir. O diálogo exige troca, entre quem fala e quem ouve, entre quem aprende e quem ensina, todos têm algo grandioso a oferecer. Não só falar, como se a verdade fosse propriedade. Muito menos só ouvir, como se não houvesse nada a ser entregue ao outro (GAIDARGI, 2019, p.250).

A abordagem da comunicação não violenta citada no texto traz a concepção de que esta pode ser uma ferramenta e possibilidade de reflexão para educadores, trazendo-a de forma pacífica na educação infantil e dando atenção aos sentimentos e necessidades das crianças, respeitando seu lugar de fala. É muito importante que o adulto treine o ato de escuta ativa, pois este é um pilar essencial para a compreensão da comunicação não-violenta.

A partir do momento que o educador se coloca no mesmo nível de fala que seu aluno, e o ouve, ele de fato torna possível a troca de experiências, e a integração de todos no ambiente escolar. E este posicionamento é importante para o estabelecimento de relações dialógicas, onde todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem reconhecem e respeitam a história do outro, não influenciando nas questões de autoridade do professor. A violência sempre surge da ausência do respeito, e um lugar onde todos sentem que tem um espaço de fala não abre espaço para ações violentas (GAIDARGI, 2019, p.252).

Hart e Hodson, citados por Gaidargi (2019) apontam que as principais demandas dos alunos são ser ouvidos, terem suas colocações consideradas e respeitadas e que ao mesmo tempo os professores têm demandas diferentes, querem que os alunos sejam mais responsáveis, engajados e respeitosos. “São necessidades que se complementam, mas que precisam ser negociadas para que todos possam ser contemplados” (GAIARDI, 2019, p. 256). Estas autoras consideram que a comunicação não violenta pode ser mais difícil e trabalhosa que a abordagem tradicional, mas é uma filosofia que pode ser aplicada à educação, trazendo diversos benefícios para as relações.

Martins (2021) discorre sobre a obra de Marshall Rosenberg investigando as contribuições da comunicação não violenta na prática docente. A autora traz um pouco sobre os quatro componentes da CNV já citados aqui e sua relação com a prática docente.

Martins (2021) fala sobre diversos tipos de violência e aponta que elas podem se manifestar de diversas formas nas escolas. Ao citar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - 1996) e também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA-1990), a autora diz que o direito das crianças, “é violado em uma educação que não promove a cultura de paz” (MARTINS, 2021, p. 2).

As situações cotidianas que ocorrem no ambiente escolar causam diversos conflitos entre os professores e alunos, que podem ocasionar situações de violências. “A CNV pode auxiliar a evitar ou a lidar com os conflitos de forma mais compassiva e empática” (MARTINS, 2021, p.3), e, para isso:

É preciso identificar o que são as violências, quais seus tipos, e a realidade dos educadores, o que será realizado relacionando as propostas de Rosenberg (2006) sobre a CNV e seus quatro componentes, a saber: i) observar sem avaliar; ii) identificar e expressar os sentimentos; iii) expressar as necessidades; e, iv) realizar o pedido. (MARTINS, 2021, p.3)

Ao citar Gaidargi (2019) mais uma vez em seu texto, é dito que a não violência na educação facilita o desenvolvimento tanto dos alunos quanto dos professores, promovendo o reconhecimento mútuo de sua humanidade por meio de interações dialógicas.

A resolução dos conflitos só é possível quando todos envolvidos são capazes de identificar o problema e para isso é preciso que todos possam se expressar, tenham espaços de fala, sejam escutados empaticamente, sejam respeitados integralmente enquanto sujeitos ligados à emoção, que possuem crenças, valores, ideias, desejos, etc (MARTINS, 2021, p.5).

Ao utilizar a cultura da paz na abordagem pedagógica é possível ensinar a construir relações pacíficas entre as partes. Outro benefício desta abordagem, que a autora aponta, é o autoconhecimento que este tipo de comunicação proporciona. Aqui há a oportunidade das crianças aprenderem a lidar com conflitos e a expressarem seus sentimentos e necessidades o que pode ser uma boa ferramenta para interagir com as outras pessoas da melhor forma. Por isso, é necessário rever os currículos de formação de professores “para a implementação de disciplinas voltadas para uma abordagem de práticas não-violentas em sala de aula” (MARTINS, 2021, p.18).

A comunicação não violenta e a resolução de conflitos estão interligadas de várias maneiras. Ao ajudarmos as crianças a solucionarem seus conflitos e problemas, devemos ensiná-las a lidar com desafios de maneira construtiva.

Considerando o ambiente escolar propício para o aparecimento de conflitos, já que crianças começam ali a ter contato com outros indivíduos fora de sua casa, sejam eles adultos ou outras crianças, passa-se a ter a necessidade de professores que saibam compreender o significado construtivo do conflito na formação do ser e saibam também, mediar as situações em que estes conflitos ocorrem. Nesse sentido, os conflitos devem ser encarados não mais como negativos e sim como naturais e de grande importância para o crescimento individual e coletivo (QUINQUIOLO, 2017, p. 117).

O professor como figura de autoridade, deve passar a ser um mediador, que ensina com sabedoria as crianças a resolverem seus conflitos, estimulando a manifestação individual do indivíduo. O educador deve se preocupar com a construção de um conhecimento que vá além de um currículo pedagógico conteudista. Deve se atentar para o fato de que está participando da construção de uma nova pessoa e saber que seus atos são muito importantes na vida de uma criança, pode ser que eles levem para o resto da vida, sendo marcados positiva ou negativamente.

É importante que analisemos o papel de agente formador da própria escola e dos professores em especial, principalmente em situações conflituosas, pois que esses dão às crianças subsídios para convivência social e para o desenvolvimento individual. (QUINQUIOLO, 2017, p. 117)

A prática de uma educação não respeitosa pode causar diversos impactos negativos. Expor as crianças nessas situações pode levar a desenvolver trauma emocional, afetando seu bem-estar psicológico e social. As crianças aprendem por meio da observação e imitação de suas referências, os adultos, então, podem internalizar comportamentos negativos e inadequados e reproduzi-los em suas próprias interações. Além disso, algumas práticas e métodos não resolvem conflitos e problemas de forma eficaz, apenas gera medo, ressentimento e angústia, diferente da resolução pacífica voltada para a escuta ativa, empatia e comunicação não violenta. Além disso, a falta de respeito e empatia com as crianças pode trazer consequências em longo prazo, como baixo desempenho acadêmico ou até mesmo abandono escolar.

Nesse contexto, a Educação Infantil desempenha um papel crucial no desenvolvimento das crianças, pois é a primeira etapa de sua jornada educacional. É neste estágio que as bases para o aprendizado e o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais são construídas. O adulto educador deve ter uma responsabilidade significativa na construção dessas bases, deve estar ciente de que irá contribuir para a formação de pessoas, desempenhando um papel fundamental na formação do caráter, promoção do respeito pelo próximo, trabalhando a empatia, cooperação e resolução de conflitos de forma pacífica. Educar crianças na primeira infância requer responsabilidade, paciência e compreensão profunda do desenvolvimento infantil. A maneira como são tratadas e educadas quando pequenos, pode ter um impacto duradouro em suas vidas. “É preciso assumirmos que nossa tarefa, enquanto educadores, é fazer com que o tempo que as crianças passem na escola não se transforme em uma experiência a mais de desumanização...” (CANTARELLI, 2005, p.18)



Para ser possível a implementação de práticas humanizadoras, é necessário que todos os profissionais estejam cientes sobre suas ações e situações que acontecem cotidianamente.

A paz não é entendida somente pela ausência de conflitos, mas como um processo positivo, dinâmico e participativo que promove o diálogo na resolução dos conflitos em um espírito de entendimento e cooperação mútuos entre as pessoas, enfrentando a injustiça e a intolerância, e rejeitando toda forma de discriminação e ódio (SOARES, *et al*, 2018).

Marshall Rosenberg (2021) aponta que as escolas, em sua maioria, reproduzem o sistema de dominação, onde o papel do professor é corrigir as ações dos alunos e com base neste pensamento, são usadas estratégias como castigo, punição, culpa, dentre outras, para afirmar sua autoridade. Na contramão, Milani (2003, p.39) se refere à escola dizendo que: “a abordagem da Cultura de Paz ressalta diversas necessidades e estratégias: “uma relação educador-educando fundamentada no afeto, respeito e diálogo; um ensino que incorpore a dimensão dos valores éticos e humanos; processos decisórios democráticos”.

A cultura da paz é utilizada em uma variedade de contextos, incluindo a resolução de conflitos, apontada no presente trabalho. Desde a entrada da criança nas escolas, mais precisamente na educação infantil, é importante que este conceito seja trabalhado e a cultura da paz seja implantada.

## **Considerações finais**

A comunicação não violenta (CNV) desempenha um papel fundamental na resolução de conflitos na educação infantil, fornecendo uma abordagem compassiva e eficaz para lidar com as interações entre os pequenos e também entre crianças e educadores. A proposta desenvolvida por Marshall B. Rosenberg, composta por quatro componentes, destaca a importância de observar sem avaliar, identificar sentimentos, expressar necessidades e fazer pedidos. Ela capacita as crianças a expressarem seus sentimentos e necessidades de forma construtiva, promovendo relações saudáveis desde os primeiros anos de vida.

É notável que a educação infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento das crianças, e os educadores têm a responsabilidade de criar um ambiente que promova a cultura da paz, a empatia e a resolução de conflitos de forma pacífica. Ao fazer isso, não contribuem apenas para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais fundamentais, mas também, para a construção de uma sociedade mais justa e harmoniosa a longo prazo.

O presente trabalho ressalta que a implementação da CNV nas escolas exige uma mudança na mentalidade e nas práticas educacionais. Isso implica na formação de educadores que estejam comprometidos com a cultura da paz, na promoção do diálogo e na criação de um ambiente onde os pequenos se sintam ouvidos, respeitados e incentivados a expressar seus sentimentos e necessidades.

O estudo destaca que a CNV não apenas evita conflitos destrutivos, mas também ensina a construir relacionamentos saudáveis e respeitosos. Através da escuta ativa e da empatia, as crianças aprendem a compreender as perspectivas uns dos outros e a colaborar na busca de soluções mutuamente satisfatórias. Para isso, é necessário reconhecer que a implementação da comunicação não violenta na educação infantil não é uma tarefa fácil e requer um compromisso contínuo dos profissionais. Requer uma revisão dos currículos de formação de professores e uma mudança de ideias em relação à autoridade e ao papel do educador.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 1999.

CANTARELLI, Rosiclér. **Aprendendo uma cultura de paz na educação infantil: limites, possibilidades e desafios**. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/1510/Cantarelli\\_Rosicler%20de\\_Fatima\\_Pinheiro.pdf](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/1510/Cantarelli_Rosicler%20de_Fatima_Pinheiro.pdf). Acesso em: 31 out. 2023.

CORSI, B. R. **Relações e conflitos entre crianças na Educação Infantil: o que elas pensam e falam sobre isso**. Educ. rev., Curitiba, n. 42, p. 279-296, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/y35Xz6Rvk3HWt79R7q5bJkm/>. Acesso em: 31 out. 2023.

DIAS, Adelaide; MEDEIROS, Maria. **Análise da construção da autonomia infantil: Interações entre crianças e professoras na educação infantil**. Psic. da Ed., São Paulo, 51, 2º sem. de 2020, pp. 116-126. Disponível em: [ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA INFANTIL: INTERAÇÕES ENTRE CRIANÇAS E PROFESSORAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL | Psicologia da Educação \(pucsp.br\)](#). Acesso em: 31 out. 2023.

DIAS, MEDEIROS. **Análise da construção da autonomia infantil: interações entre crianças e professoras na educação infantil**. Psic. da Ed., São Paulo, 51, 2º sem. de 2020, pp. 116-126. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n51/n51a12.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

GAIDARGI, Alessandra. **Educação infantil dialógica e não-violenta**. Dialogia, São Paulo, n. 33, p. 246-262, set./dez. 2019. Disponível em: [Educação infantil dialógica e não-violenta | Dialogia \(uninove.br\)](#). Acesso em: 31 out. 2023.

MARTINS, Pâmela. **Contribuições da comunicação não-violenta na prática docente**. 2021. Disponível em: <https://forms.gle/kGQJJ1JBDC9tmf7C9>. Acesso em: 31 out. 2023.

MILANI, Feizi. **Cultura de Paz: Estratégias, mapas e bússolas**. Salvador, INPAZ, 2003. Disponível em: [https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/cultura\\_paz/cultura\\_de\\_paz\\_estrategias\\_mapas.pdf](https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/cultura_paz/cultura_de_paz_estrategias_mapas.pdf). Acesso em: 31 out. 2023.

ROSENBERG, M. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. São Paulo: Ágora, 2021.

SILVA, Rita et al. **Estratégias de cultura de paz na educação infantil sob a ótica de educadores**. Research, Society and Development, v. 10, n. 9, e11410917722, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i9.17722>. Acesso em: 31 out. 2023.